

ENTREVISTA – Maria Antonieta Antonacci **Estudos culturais africanos e da diáspora: trajetória de pesquisa**

Entrevistada

Maria Antonieta Antonacci é professora associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1978), doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1986) e pós-doc em Antropologia Social pela EHESS (1999/2000). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando em História da África, Culturas Africanas e Afro-Brasileiras, principalmente nos seguintes temas: oralidade, cultura popular, memória, conflitos culturais, cultura e linguagem, tradições orais, corpo e cosmogonias africanas, culturas negras da diáspora.

Entrevistadores

Karla Leandro Rascke

Professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-Unifesspa). Editora da Revista Escritas do Tempo.

Erinaldo Vicente Cavalcanti

Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Diretor de Pós-Graduação da Unifesspa e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-Unifesspa). Coordenador do Grupo de Pesquisa iTemppo (Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política).

Entrevista concedida em 03 de abril de 2019. Disponível, na íntegra, na página do Grupo de Pesquisa iTemppo (facebook).

Escritas do Tempo: Descreva sua trajetória acadêmica e sua inserção nos estudos africanos e da diáspora, saindo das perspectivas da História Econômica e imergindo num universo de crenças, saberes, poderes e visões de mundo extra-ocidentais.

Maria Antonieta Antonacci: É uma trajetória de idas e vindas, porque hoje quase chego à conclusão de que sou uma nômade em termos de pesquisa. Então, eu fiz a formação básica da graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, numa época marcante. Entrei na Universidade em 1965 e terminei o curso em 1969. E Porto Alegre, nessa conjuntura, tinha um movimento articulado de discussões extremamente significativas, porque lá reuniam-se questões que vinham do Uruguai pelo movimento dos “tupamaros” e também da Argentina, pelos movimentos sociais da Argentina, e lógico que dentro do Brasil, além do grande foco de Belo Horizonte, ou melhor de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e do Nordeste do Brasil. O Rio Grande do Sul também teve uma participação marcante, não só por causa da presença do PDT que teve sua matriz no Rio Grande do Sul, como porque a militância de dentro da universidade federal, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS era muito grande. [...] Lembro também, com muita força, da famosa passeata dos bichos em Porto Alegre, que sempre foi uma tradição, hoje não é mais, mas era uma tradição marcante onde nós todos fomos de luto. Usávamos uma veste preta, com mangas que iam até os pés, e pela primeira vez foi uma passeata em absoluto silêncio. Ninguém cantava, ninguém dizia nada, ninguém marchava, só caminhava, uma universidade inteira com os novos pesquisadores e estudantes da UFRGS em profundo silêncio. Então, isso para dar um exemplo de como foi o curso de graduação. [...] Então eu vim para São Paulo. O que se falava muito era da USP, e entrei em contato com uma professora, Maria Tereza Pedroni, que me acolheu de uma forma muito significativa. Assim, ingressei então no mestrado, e em fevereiro de 73 fui pra São Paulo e trabalhei com um tema do Rio Grande do Sul em São Paulo. [...] Defendi o mestrado em 1978 e em 1979 comecei a fazer parte de um grupo de pesquisa financiado pela FINEP, coordenado pela professora Déia Fenelon, a partir da UNICAMP. Diga-se de passagem, que nessa ocasião nem CAPES e CNPQ financiavam esse tipo de pesquisa. A FINEP era uma financeira de grupos e pesquisas, e financiou essa pesquisa com o título “Formação da classe operária”. Então eu entrei nesse grupo de pesquisa, que estava dividido em três subgrupos, como se fossem três linhas de pesquisas: uma era a Legislação Operária, o outro grupo discutia a vida dos operários em São Paulo e o terceiro grupo processos de

trabalhos e racionalização, e eu entrei nesse terceiro grupo. Foi nesse terceiro grupo que surgiu a minha proposta de doutorado, ingressando em 1979, na USP, para a orientação da professora Maria Tereza Pedroni, para trabalhar no instituto de racionalização Nacional do Trabalho, que surgiu em São Paulo em 1932, o IDORT. [...] Terminado então esse projeto da FINEP, da transformação da classe operária em São Paulo, a versão em livro da minha própria tese já saiu com outro título: “Vitoria da Razão?”. Porque eu já tinha percebido que essa razão era algo extremamente instrumental, que desmanchava uma forma de conhecimento para produzir uma outra forma de conhecimento e de trabalho. Então o IDORT tinha a visão de gene do trabalho, da fisiologia do trabalho, com seção de tecnologia do trabalho e a seção de administração do trabalho, formada por um grande grupo de intelectuais e um grupo de empresários, dentre eles Roberto Simões. Uma questão interessante, pois surgiram os primeiros dois grandes técnicos das novas formas de conhecimento: um deles Roberto Manche, que tinha vindo da Europa, e era conhecedor da forma de montagem de processo de trabalho; e o outro quem era? Lourenzo Vidil, um psicólogo que dirigia uma parte do IDORT que trabalhava com a psicotécnica do trabalho. Era a psicologia entrando no processo de trabalho para adaptar o trabalho à produtividade em massa, que significava o que? Por isso estudar a psicologia do trabalho. [...]

Nesse contexto, em 1987 teve um concurso interno na PUC pra dar aula de Prática de Ensino de História, porque a PUC estava em um momento de ter muitos alunos no noturno e a professora que dava aula em Prática de Ensino de História não podia atender duas turmas no mesmo horário. Então fizeram o concurso. Eu fui para o concurso, expliquei essa minha participação na reforma curricular e o que podia fazer com a disciplina Prática de Ensino de História e eu entrei na PUC em um concurso interno, na área de educação para aquele ano, porque no ano seguinte a professora já havia feito o horário de forma que não intercalasse as duas turmas no mesmo dia. [...] E acontece isso, entrei na PUC-SP como professora associada, ou, sim eu já era associada porque eu já era doutora, porque não tinha quase ninguém com doutorado, mesmo na PUC, naquele período da década de 1980. Nesse contexto, o que que eu faço com a história contemporânea? Trouxe novidades para a História Contemporânea. Fui à Livraria Ática, levei livros para trabalhar e o que eu localizei de extraordinário, a primeira tradução de leitura Africana traduzida e publicada no Brasil pela editora Ática. Livros como de Cheikh Hamidou Kane, “Aventura

Ambígua”, de Chinua Achebe, “O mundo se despedaça”, e uma série de livros da literatura da independência da África. Então eu recebia esses livros, pois a Ática dava ao professor, e eu imaginei estudar imperialismo por meio dos textos literários da África que escreveram no momento da independência. Tinham, portanto, o que era o colonialismo e o que que foi o movimento de independência. [...] No entanto, estou um dia no Departamento de História da faculdade em uma reunião e ouço os alunos dizendo: “como uma professora de História contemporânea tem uma perspectiva de História diferente da nossa, sabemos que ela não vai mudar, nós não queremos que continue a dar aula pra nós”. Bom, se eles tivessem falado isso comigo, tudo bem, eu ia conversar com eles. Mas disseram fria e cruelmente, vindo de alunos da graduação da PUC-SP, eu fiquei muito mal, tive um processo muito complicado. [...] Acontece uma outra coisa muito marcante também, porque em 1989, a pós-graduação muda de coordenação, mudava a cada dois anos. E naquele momento, o professor Olien lançou a candidatura do professor Elias Tomé Salíba, e a professora Déia, mais a professora irmã Ieda lançaram a minha candidatura de vice-coordenadora. Confesso a vocês que isso não estava no meu script, porque eu não conhecia a PUC, eu havia sido tirada da sala de aula da graduação porque o meu método não servia, e como eu ia coordenar, vice-coordenar... Aquilo para mim foi uma coisa absurda. E eu não podia dizer nada. Realizamos a votação, em chapa única e ganhamos. E em julho de 1989, o professor Elias Saliba, que havia feito concurso na USP, foi trabalhar na USP e eu me tornei coordenadora da Pós-graduação de História. Foi uma das coisas mais difíceis da minha vida. Eu cheguei a ter uma síndrome de pânico. Nunca vou esquecer o dia em que eu era coordenadora e, ao entrar na sala da pós-graduação, uma sala imensa, com uma mesa oval onde sentavam todos os coordenadores para discutir os programas. Só de olhar aquilo, saí correndo, entrei direto na sala ao lado, a sala da graduação em História e Estefânia era a minha vice-coordenadora. “Estefânia, pelo amor de Deus, eu não consigo entrar nessa reunião, por favor vai no meu lugar!” [...] E nesse meio tempo, o que eu também era, a redatora ou a editora científica da Revista Projeto História. Editei dez números da Revista Projeto História, com toda a nova discussão de História e Cultura. Então tinha uma revista cultura e trabalho, cultura e cidade, cultura e representação e assim fomos colocando na Revista Projeto História todo um perfil de mestrado e doutorado de História da PUC-SP. [...] Nessa mesma ocasião eu orientava uma pessoa que trabalhava a cultura de cordel do Nordeste, e eu vi cordéis que tinham

bichos: o sindicato dos animais, a guerra da bicharada [...], O que eu encontro no Gilberto Freire? Os cordéis que trabalham com bichos são cordéis africanos vindos para o Brasil, cordéis da afro-diáspora, o que foi uma revelação imensa. Mas porque bicho? Como eles vão saber? Fiz um projeto de pesquisa, resolvi sair da pós-graduação, encaminhei para a FAPESP pedindo uma bolsa de pós-doutorado na França. Ganhei a bolsa e nunca mais fui coordenadora. Fui para o Centro de Estudos de Ciências Sociais, orientada por uma antropóloga, que era do laboratório de Antropologia Social da École. Nicole Beaumont trabalhava com oralidades no norte da África, no Caribe e também na Rússia. Assim, eu entro nesse universo das oralidades africanas e afro-diaspóricas. Surge um grande sábio, filósofo da África do Oeste, Hampaté Bâ, e escreve o que é a tradição oral africana e publica na História Geral da África, aquela coleção de oito volumes da UNESCO. No segundo volume ele publica um texto maravilhoso chamado “A Tradição Viva”, que discute a oralidade. [...]

Escritas do Tempo: Conte-nos um pouco sobre a Fundação do Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora, reunindo diferentes pesquisadores e ativistas, sob influências de abordagens dos estudos culturais, enfrentando essencialismos e convergindo para os estudos pós-coloniais.

Maria Antonieta Antonacci: Em 2003 promulgou-se a famosa Lei Federal 10.639 que foi refeita pela Lei 11.645 de 2008, quando incluía, além da obrigatoriedade do ensino da História da África, Culturas Africanas e Afro-diaspóricas para todos os graus de ensino, inclusive para a universidade, a Lei 10.645 amplia isso para as Histórias dos Povos Indígenas e culturas nativas do Brasil. Nesse contexto, a PUC, em 2005, passou a ter uma disciplina de África. Mas não apenas isso, pois houve uma grande Reforma Curricular em 2004 e 2005 na pós-graduação e na graduação de História da PUC. Eu me lembro que dizia, na época: “Me desculpa, mas não vamos ter História da África na PUC”, porque a História da África é narrada por historiadores europeus e norte-americanos. Então não vou trabalhar uma História da África que não é africana, mas uma história da África eurocentrada. Então, eu pleiteei que a disciplina se chamasse “África, Áfricas” e foi uma questão muito significativa porque permitiu trabalhar não só com a África, como o plural das Áfricas, entrando também na diáspora. [...]

E é nesse contexto que eu começo a pensar também no centro de estudos culturais para trazer os estudos culturais britânicos para serem estudados no Brasil. O Centro de

Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO), tornou-se o primeiro centro de estudo culturais de África, mas além disso, o primeiro centro de estudos culturais africanos e da diáspora, porque até então tinha o CEA da USP, o Centro de Estudos Africanos, tinha o CEAO da UFBA que era o Centro de Estudos Afro-Orientais, e tinha, na Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos. E a PUC entrava vários anos depois, no século XX, com o Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora.

Escritas do Tempo: “Memórias ancoradas em corpos negros” - título de seu mais importante livro, já reeditado e muito procurado pelos estudiosos da temática -, é uma obra que expressa reflexões de longa trajetória de pesquisa. Em perspectivas contra-hegemônicas, sobre experiências de homens e mulheres que carregam em seus corpos a ancestralidade, essa obra possibilita interrogações à história. Nesse sentido, conte-nos como foi o processo de elaboração dessa narrativa capaz de evidenciar, com uma análise cuidadosa, ampla e interdisciplinar, múltiplas experiências afro-diaspóricas em contínuas ressignificações e refazeres culturais.

Maria Antonieta Antonacci: A produção desse livro, a origem dele, mesmo que eu não goste de fala de origem, mas os primórdios estavam onde? No projeto de pesquisa que eu apresentei para a FAPESP depois de ir para a França. Nesse contexto, eu trabalhava tradições de letras, da voz e da imagem na literatura de cordel do Nordeste. E fui fazer o pós-doutorado nessa perspectiva e, conforme as regras da FAPESP, quando eu terminasse o pós-doc, deveria apresentar um relatório da pesquisa. Escrevi um texto com essa base, tradições escritas, orais e imagéticas na literatura de cordel do Nordeste, que se tornou o primeiro texto do que veio a ser treze anos depois esse livro. [...]

É muito interessante a expressão do afro-diaspórico da Martinica, Eduardo Glissant, ao dizer que a África vai ser gestada no porão do Navio Negreiro, porque não existia África, existiam povos ocupavam aquele território, os povos Angola, os povos Moçambique, os povos Mandingas, os povos Hauçá, não tinha África. Mas acontece que quando eles chegaram aqui, tornaram-se africanos em diáspora. Então esse professor faz uma pesquisa fantástica, trazendo algo marcante nesse texto publicado em 2002 na PUC: “a tradição oral africana foi reinventada com tal força e vigor no Brasil que aqui existe uma tradição oral africana que não existe mais na África”. [...]

Em 2013 quando eu já tinha um número grande de estudos, houve a possibilidade, pela EDUC, de reunir esses vários ensaios que já estavam publicados, em um livro. Lembro que esse nome “Memórias Ancoradas em Corpos Negros”, hoje com significado que nem eu imaginava que teria, evidencio no título o que são memórias de corpos de matrizes orais. Então aparece pela primeira vez, com maior sistematização, rituais, contos, festas, ritmos, porque não existem performances sem ritmo e não existe ritmo sem instrumentos musicais. [...] Então, saiu publicado em 2013, por uma editora acadêmica e não em uma editora comercial. Hoje sairia, em 2013, não! Ninguém falava ainda quase em oralidade e era muito difícil. [...]

Eu entrei para estudar a Amazônia pelo Acre, porque eu estava com três professores do Acre, e eu fui ao Acre, caminhei nos corredores para ir ao seringal, com os projetos de alfabetização para seringueiros. [...] Era muito forte entre os seringueiros que diziam: “as nossas árvores oram as nossas mães! Com leite de seringa nos vestiram, com leite de castanha nos nutriram”. Percebi uma subjetividade na relação entre o homem e a floresta. As suas estradas de seringa e o varadouro eram o caminho aberto, geralmente com muita água, muito barro, eram um rastro no meio da Floresta Amazônica, por onde eles escoavam a borracha, as bolas da borracha para ir para o exterior e por onde eles compravam os produtos de primeira necessidade, que eram os regatões em grande parte comerciantes árabes e marroquinos que traziam para dentro da Amazônia questões básicas que não existiam para a produção da borracha. [...]

Então é incrível como é forte essa relação de cultura e natureza. Depois de começar a estudar a realidade da região Amazônica na década de 1990, não estava trabalhando com isso, mas quando se chega ao mundo da realidade africana: “os africanos, os povos africanos, tinha um olhar de humanidade cósmica”. Humanidade cósmica que também aparecia no corpo. Então o corpo era representado por animais, da terra, da água, do mar e do fogo. Então para mim, a ideia de cultura e natureza ganhava uma dimensão mais ampla e densa a partir desse momento.

Escritas do Tempo: A partir dessa possibilidade de imersão em experiências e viveres de povos afro-amazônicos e indígenas, por conta da bolsa PVNS Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, quais as novas perspectivas de estudos e trabalhos para o presente e o futuro?

Maria Antonieta Antonacci: Eu acabo de vir do festival da Safra da Castanha de 2019, certamente quem ler apenas o texto¹ não vai visualizar... [...] e essa pintura é a pintura peixe. Tem a pintura arraia e tem a pintura lontra. Então, eles fizeram em mim a pintura peixe. Os animais continuam presentes, algo extraordinário, pois os povos nativos de África e das Américas possuem uma humanidade cósmica. [...]

Alguns anos depois, entra na minha vida um outro estudante que veio da Ilha de Marajó, algo também inusitado e imprevisível. Tinha na PUC a professora Jerusa Pires Ferreira, que trabalhava com o grupo de oralidades, uma pessoa fantástica. Ela tinha milhões de ideias, ia muito para Rússia, para Alemanha, e casou-se com o professor Boris Schneider. Fala diferentes línguas, algo que me impressionava. Eu dizia: “Jerusa, você é uma antena parabólica”, e ela fazia anualmente uma viagem de estudos pelo Rio Amazonas. Um dia ela chega dessa viagem e diz: “Antonieta, vem cá que eu quero conversar contigo!” E lá fui eu. “Antonieta, eu estive na Ilha de Marajó e conheci um casal incrível. Durante quatro anos, no final de semana e nas férias, eles colocavam um fogão e uma geladeira num barco e rumavam para Breves para fazer um curso de graduação, ela em Letras e ele em História. Chama-se Agenor Sarraf Pacheco e eu trago aqui para você, eu peguei na mão dele, ele tem até um rádio na mão, porque naquela época não tinha internet ainda. Nessa ocasião que virava o mundo, ele tem até um rádio que você pode se comunicar, mas isso aqui é o embrião do projeto de pesquisa”. Quando eu comecei a ler, eu disse: “Meu deus do céu! Isso não é um projeto de pesquisa, mas eu vi um potencial extraordinário.” [...]

Em relação a bolsa de pesquisadora visitante, eu fiquei sabendo disso quando Agenor ligou para minha casa no ano passado [2018] mais ou menos em maio/junho e disse: “Antonieta, você não iria para Marabá? [...] Eu estou aqui em Marabá, conversando com alguém da reitoria e da pós-graduação, o professor Hiran, e há uma oportunidade para você porque aqui o que há de cordel é impressionante. Além do que tem comunidades tradicionais, tem comunidades nativas, comunidades quilombolas, comunidades camponesas. Então eu acho que você vai gostar muito!” Chegou junho, eu tinha que entregar um projeto, foi quando eu fiz um projeto para vir para Marabá, sem ter muita noção, propondo dois cursos e propondo pensar em um centro de estudos culturais em zonas de contato, que essa era a questão que eu tinha lido, já há muito tempo no livro de

¹ Destacamos, novamente, que essa entrevista, na íntegra, encontra-se disponível na página do iTemppo (no facebook).

uma canadense, Mary Louise Pratt, que escreveu “Os Olhos do Império”. Ela traz um termo novo da linguística, que é zonas de contato linguístico, ampliando para zonas de contato interculturais. E é muito incrível, porque eu disse: “bom, se não tiver zona de contato nessa região, ferrou! Literalmente, fiz a proposta e ela foi aceita. Vim para cá esse ano. E estou aqui, trabalhando de um lado para o outro.”

[...] O nosso currículo é uma matriz europeia total. O próprio Estados Unidos tem uma matriz curricular mais europeia que a nossa, e romper com isso eu já tinha visto ser impossível, pois havia participado de uma tentativa de reforma curricular do ensino público do Estado de São Paulo e uma vila inteira foi mandada embora, desmanchou, sumiu, recebemos críticas de todos os lados. Na universidade, o currículo só consegue ser inovador quando tem uma disciplina nova, caso contrário, é História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, não conseguindo fugir disso. [...] O currículo da área de História precisa se adequar às disciplinas da licenciatura. Então surge o bacharelado e a licenciatura, retomando muitos problemas durante pouco tempo, por que significava novas disciplinas, professores com carga horária mais elevada e uma espécie de “um puxa pra cá e puxa pra lá”, tanto para as disciplinas pedagógicas quanto as disciplinas históricas. [...] Então, isso é o primeiro passo para abrir as discussões e perceber que essas linhas disciplinares fazem parte do mundo eurocêntrico, que continua, cartesianamente, nos colocando cada um dentro de uma dita ciência e não esqueçam que essa ciência, essas várias ciências, vão produzir uma história universal que é a missão europeia e euroocidental. A questão curricular, continuo a dizer, para vocês, é nevrálgica. Estão surgindo possibilidades de contorno que são os mestrados e os doutorados interdisciplinares. [...] Então, o passo foi dado nas universidades do Norte, que são as mais recentes. [...] a região norte, com toda a multidisciplinaridade, a biodiversidade do universo cultural que ela tem, justifica ter mestrados interdisciplinares. Não faz sentido num universo dessa grandeza, dessa biodiversidade, ter apenas em História, Antropologia, Literatura. [...] Por mais que a gente discute e questione, essa formação não desaparece. Então, como articular essa formação, que é a nossa formação, para pensar povos e culturas que não tiveram essa formação, mas que têm um universo cultural, para nós mágico, maravilhoso, porque é um universo rítmico, corpóreo, com religiosidades múltiplas, caminham de uma direção para outra e nos colocam diante de outras questões. [...]

Por favor, para todos os ouvintes, imagéticos e para todos de diferentes universos, do YouTube, disso e daquilo, usem e abusem dessas questões, tratem-nas dentro dos seus universos e não dentro do meu. O meu foi um caminho relacionado ao meu percurso profissional, então criem os seus caminhos [...]. A primeira grande questão pós-colonial é abrir mão da história universal, de uma teoria e de uma metodologia epistêmica euroocidental, que é uma epistemologia metrada. Bom proveito e que isso se multiplique de diferentes formas.